



MEMÓRIA ENCONTRO BRASIL 2016

COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS
CONSTRUINDO NOVOS HORIZONTES



COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS CONSTRUINDO NOVOS HORIZONTES

IV Encontro Nacional pela Terra e o Território
14, 15, 16 e 17 de setembro de 2016
Vale do rio Guapiaçu, Brasil

A PARTILHA DO FRUTO E DO SONHO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1 A Acolhida.....	7
2 Aproximando Experiências.....	10
3 Aprofundamento.....	14
4 Propostas para abrir mais horizontes.....	31
5 Repertório de Princípios e Valores	35
ANEXOS.....	37
PARTICIPANTES.....	40

1ª Edição Digital

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica - IPDRS |
www.sudamericarural.org

Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades -
Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense |
www.lemto.uff.br

Com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico - CNPQ |
<https://www.gov.br/cnpq/pt-br>

COORDENAÇÃO GERAL E REGISTRO FOTOGRÁFICO

Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades / LEMTO

SISTEMATIZAÇÃO E EDIÇÃO Carlos Walter Porto Gonçalves

PROJETO E DIAGRAMACIÓN: Daniela Cabrera / **BOLIVIA RURAL** SRL
Comunicación para el Desarrollo

©Todas as imagens na memória são os IPDRS/LEMTO

Agradecemos a colaboração de todas as pessoas que
participaram deste encontro e inspiraram esta memória.



www.sudamericarural.org



www.porlatierra.org



www.lemto.uff.br



www.gov.br/cnpq/pt-br

Entre os dias 14 e 16 de setembro de 2016, foi realizado o IVº Encontro Internacional pela Terra e Território, no Casarão do Vale do Guapiaçu, Serra Queimada, município de Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro – Brasil, promovido pelo Laboratório de Estudos sobre Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto para o Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS).

Este encontro é parte do Movimento Regional pela Terra (MRxT), uma iniciativa lançada no primeiro evento internacional realizado entre os dias 30 de abril e 2 de maio de 2013, em Assunção, Paraguai, quando se afirmou a necessidade de uma mobilização regional sul-americana por terra e território.

Um IIº Encontro Internacional Movimento Regional pela Terra: Avanços e perspectivas se levou a cabo entre os dias 21 e 25 de maio de 2014, nas comunidades San Lorenzo e San Antonio de Lomerío, município Lomerío, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Em outubro de 2015 realizou-se na comunidade guarani de Macharetí, em Chuquisaca, Bolívia, o IIIº Encontro de Aliad@s pela Terra e Território onde debateu-se o tema Acesso e Consolidação de Territórios Coletivos na Bolívia.

Este IVº Encontro foi o primeiro realizado no Brasil e teve por objetivo promover o intercâmbio das experiências de lutas de uma gama variada de etnias, povos, nacionalidades, comunidades camponesas e quilombolas, enfim, de múltiplos grupos sociais que se afirmam numa relação com a terra a partir de diferentes sentidos que emprestam à vida, seja para manter seus vínculos históricos, para muitos ancestrais, com essas condições vitais, seja no processo de conquista e ocupação de espaços onde possam estabelecer esses vínculos orgânicos, como são os casos de comunidades quilombolas, e de outras que buscam a terra prometida ou de trabalhadores sem terras que as ocupam para seu sustento.

No caso desse IVº Encontro foram convidados/as 25 lideranças comunitárias de base de todas as grandes

regiões brasileiras, desde a Amazônia até o Sul do país, incluindo participantes das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Todos/as os/as convidados/as estão implicados/as em experiências de lutas e com fortes vínculos de base com suas comunidades.

Aliás, esse foi um critério rigorosamente estabelecido para que se efetivassem os convites aos/as participantes. Enfim, não se privilegiou o envolvimento dos/as convidados/as em movimentos formalmente organizados, embora vários/as participantes fossem membros de organizações de âmbito nacional ou de setores sociais específicos.

Enfim, para os organizadores, o critério básico para participar foi o vínculo de base de cada convidado/a com suas comunidades e, ipso facto, estarem implicados/as em alguma experiência que

tenha superado o primeiro momento de conflito mais intenso para se manter/para conquistar a terra e que, num segundo momento, estejam buscando aportar outros/seus horizontes de sentido para a vida.

Sabemos que a resistência é não só recusa, mas também luta por afirmar determinados sentidos para a existência e, assim, R-Existência.

Na resistência contra os processos de expropriação, enfim, na insubmissão aos processos de dominação em suas diversas formas de opressão e exploração há, sempre, outros futuros possíveis enraizados no presente-passado em reinvenção permanente.

Há, sim, modos/formas de ser social próprios que se reinventam em circunstâncias extremamente difíceis e desafiadoras marcadas, em nossa América Latina/Abya Yala, pela violência das relações de poder coloniais de um sistema mundo capitalista e patriarcal que nos habita desde 1492 e que quer se impor como modernização burguesa e, assim, com inspiração urbanocêntrica (eurocentrismo).

E, nos casos que nos interessam enquanto Movimento Regional por Terra e Território, como o próprio nome indica, é a terra/o território que se coloca como questão central por todo significado que adquire a relação metabólica das etnias/povos/comunidades/sociedades com seu entorno, sobretudo diante do colapso ambiental

NO CASO DESSE IVº ENCONTRO FORAM CONVIDADOS/AS 25 LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS DE BASE DE TODAS AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS, DESDE A AMAZÔNIA ATÉ O SUL DO PAÍS, INCLUINDO PARTICIPANTES DAS REGIÕES SUDESTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE.

SABEMOS QUE A RESISTÊNCIA É NÃO SÓ RECUSA, MAS TAMBÉM LUTA POR AFIRMAR DETERMINADOS SENTIDOS PARA A EXISTÊNCIA E, ASSIM, R-EXISTÊNCIA

em curso que não pode ser reduzido às mudanças climáticas, como o complexo corporativo financeiro-midiático e suas Organizações Neo-governamentais vem querendo nos impor com o Mercado de Carbono.

O Movimento Regional por Terra e Território, embora reconheça o legado prático e teórico das lutas com/contra o capitalismo, procura se afirmar reconhecendo os princípios e valores que vêm sendo tecidos desde as experiências de luta com a terra/com o território respeitando a diversidade de práticas/sentidos que os diversos grupos sociais criam em suas relações metabólicas e oferecem para um diálogo intercultural que permita o enriquecimento de cada grupo social justamente pela diferença.

Por isso, além da luta com/contra o capitalismo a luta contra a colonialidade que, por querer colonizar/civilizar/desenvolver, inferioriza o diferente.

Esse IVº Encontro marca a aproximação cúmplice do LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades – com o Movimento Regional por Terra e Território.

O LEMTO é um grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense constituído por acadêmicos.

Enquanto laboratório de pesquisa, o LEMTO tem compromisso com a objetividade científica e, filosoficamente, tem compromisso com a produção de um conhecimento que contribua para uma sociedade/um mundo mais justo, mais democrático e responsável com as condições de reprodução metabólica da vida.

Coerente com esses compromissos e com a premissa de que a sociedade é contraditória, o LEMTO privilegia em suas pesquisas os grupos/classes sociais, etnias e povos que estejam em situação de opressão/exploração, tendo em vista que esses grupos são potencialmente interessados em romper com essa situação e, assim, contribuir para um mundo/uma sociedade mais justa e democrática.

O IVº Encontro, além dos/as participantes com as qualidades de envolvimento com as experiências de luta de base descritas, teve na sua Comissão Organizadora professores e pesquisadores cujo labor vem sendo marcado pelo diálogo de saberes em pesquisa-ação em situações de conflito.

Afinal, o conflito é a manifestação concreta de que a

sociedade em seu devir não tem um caminho e muito menos um único destino. Nesse sentido, o conflito indica que há mais de uma perspectiva concretamente sendo disputada e, por isso, é um momento rico de possibilidades. Que saibamos respeitar as vozes daqueles/as que resistem, existem, r-existem é o que nos move.

TEMA CENTRAL DESSE IV ENCONTRO E OBJETIVAVA EXPLICITAR ATRAVÉS DE UM DIÁLOGO HORIZONTAL O CONTEXTO, ASSIM COMO AS DIFICULDADES, TANTO INTERNAS COMO EXTERNAS ÀS COMUNIDADES...

Compartilhando Experiências, Construindo Novos Horizontes foi o tema central desse IV Encontro e objetivava explicitar através de um diálogo horizontal o contexto, assim como as dificuldades, tanto internas como externas às comunidades, para afirmarem sua autonomia, considerando

ser esse horizonte comum às diversas experiências em diálogo.

Afinal, a autonomia vem se constituindo em um paradigma teórico-prático político que, em si mesmo, indica a crise política contemporânea, uma política estruturada de modo hierárquico, como soe acontecer nos Estados Territoriais Modernos (e Coloniais), que abandona e/ou subordina as comunidades locais num processo que promove a subordinação do campo à cidade, separa/expropria o homem/mulher da natureza, assim como subordina/domina a natureza e a mulher, desarticula as comunidades ao estabelecer o primado do indivíduo e se afirma com o colonialismo interno.

Enfim, o que se objetivava e se realizou a contento nesse IVº Encontro foi a escuta desses outros horizontes de sentido que estão emergindo desde as experiências locais, refletindo coletivamente acerca de seus limites e possibilidades diante da crise do capitalismo, da colonialidade e do patriarcalismo que conformam o sistema mundo que nos habita.

Duas questões-chave nortearam o IV Encontro:

1ª O Comer, o Curar, o Habitar, o Conviver: invenção criativa da vida.

Como temos criado/cuidado das condições materiais para afirmar nossas formas/modos de vida, de produzir, de nos cuidar e de nos organizar?

2ª Nossos grupos (nossas comunidades?): Os Movimentos e as Instituições. Que relação estabelecemos com instituições como o Estado, as ONGs e outras?

O MODO DE ENCONTRAR

Esses objetivos não poderiam ser realizados sem que buscássemos, do começo ao fim, dias intensos de fraterna convivência, reflexão coletiva, exercício concreto da autonomia e da comunalidade, de relato e troca de experiências de lutas políticas desde o terreno, troca de saberes, de linguagens e de anseios, com um rico processo de sistematização de experiências de r-existências profundamente inspiradoras de outros (velhos? Novos?) horizontes de futuro.

A aproximação e convivência dos diferentes grupos sociais participantes proporcionou um espaço de inter-aprendizagem revelador de muitas singularidades e de especificidades no tocante ao acesso à terra e ao território nas cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste e que contou, ainda, com o cotejamento de realidades sul-americanas pela presença de convidados da Bolívia, do Chile e da Colômbia.

A motivação precípua do encontro foi contribuir para um processo de ruptura do isolamento das lutas e práticas dos povos do campo e das florestas por direito à existência, terra/água e território. São muitos os desafios enfrentados na luta pela terra e o território que ali se revelaram.

A formação social brasileira, nos impôs o colonialismo e a colonialidade das diferentes dimensões da existência humana. Expropriação, exploração, opressão, violência, racismo, machismo e colonialismo interno foram diferentes caras que marcam a arrogância que

atravessa a condição de existência destes grupos sociais e os situam em uma condição de subalternidade e de invisibilidade.

No entanto, muitas são as alternativas que vêm sendo criadas por esses múltiplos grupos sociais. O desafio que parecia não ter solução num caso, pode ouvir/ sentir a possibilidade de encontrar uma alternativa ali na luta pela terra e território do companheiro ou companheira que narrara outro caso.

A autodeterminação étnica, a afirmação do modo de vida, a elevação da consciência de seu pertencimento identitário e da dignidade de sua etnia e/ou classe, a apropriação impregnada de sentidos do território de vida, de r-existências e horizontes de futuro que se expressaram de muitos modos: ocupação de terras, acampamentos, retomadas, práticas agrícolas, de pesca, de caça e de extrativismo, artesanato, manufatura, agroecologia, música, dança, comidas, rituais religiosos, ancestralidade, idiomas e dialetos, sementes crioulas, em suma, a vida em sua riqueza de expressões.

O encontro foi estruturado e se desenvolveu em quatro momentos: Acolhida, Aproximação, Aprofundamento e Fechamento. Cada um deles foi realizado com base em um método compartilhado com metodologias horizontais e participativas, cuja finalidade foi garantir o protagonismo dos grupos sociais implicados no processo de reflexão coletiva, bem como uma ambiência de convívio fraterno.



2 QUESTÕES-CHAVE



25 LIDERANÇAS
COMUNITÁRIAS

01

A ACOLHIDA



CASARÃO DO VALE DO GUAPIAÇU - DE CASA GRANDE A CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO

A ACOLHIDA

O lugar para a interação destes quatro momentos foi o Vale do Guapiaçu, localizado no município de Cachoeiras de Macacu, e atravessado pelo Rio Guapiaçu com suas nascentes na Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro. Lugar carregado da história profunda dos povos indígenas, negros e camponeses, mas também do latifúndio oligárquico.

Lugar da produção agrícola diversificada que oferece diariamente à Central de Abastecimento da cidade do Rio de Janeiro toneladas de alimentos (aipim, jiló, quiabo etc.), além de uma agricultura/criação de auto sustentação que contribui para a segurança alimentar daquelas famílias.

A exuberância natural, a diversidade das formas de vida e a abundância de alimentos produzidos encontradas no Vale do Guapiaçu vem, nos últimos anos, sofrendo graves ameaças tendo em vista o projeto da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, mancomunado com grupos empresariais de represamento das suas águas, sob o argumento da necessidade de abastecimento da porção leste da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. A proposta de construção dessa Barragem do Rio Guapiaçu é apresentada como uma compensação ambiental do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - COMPERJ - da PETROBRAS, localizado no município vizinho de Itaboraí. Este projeto, se levado adiante, promoverá a inundação das terras agrícolas e não-agrícolas, a expropriação de aproximadamente mil famílias camponesas.

O Casarão do Vale do Guapiaçu, antiga sede de fazenda desapropriada para fins de Reforma Agrária, foi o palco do encontro. Está localizado especificamente na localidade de Serra Queimada,

no coração do Vale do Guapiaçu, cercado por Serras cobertas por vegetação de Mata Atlântica secundária e capoeira, uma vila de habitações camponesas e extensos campos de cultivo diversificados. O Casarão do Guapi vem sendo recuperado pela comunidade em colaboração com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como espaço de encontro comunitário e de formação política e cultural.



A decisão de fazer o IV Encontro pela Terra e Território em Serra Queimada no antigo casarão em transformação para um CCM – Centro Cultural Comunitário – foi possível pela aproximação do LEMTO com a comunidade através do Movimento Nacional de Atingidos por Barragem – MAB – e da Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB.

Várias reuniões prévias foram realizadas junto às famílias da comunidade do Vale do Guapiaçu para aproximar a proposta do Encontro das lutas que vêm sendo travadas naquele espaço. Para isso foi fundamental a presença de pesquisadores do LEMTO, da UFF e da UERJ-FFP que realizam trabalho de pesquisa-ação através da AGB e do MAB.

Contando com recursos financeiros tanto do IPDRS como da CAPES, deliberou-se que os recursos do IPDRS fossem usados sobretudo para restaurar a parte hidráulica e elétrica do Casarão, potencializar o uso da cozinha, condições que estavam deterioradas em função do abandono em que ficara durante anos até que, recentemente, a comunidade começasse a se organizar e assumir o Casarão como Centro Cultural próprio. Com isso, foi possível que todos/as os/as participantes se hospedassem e se alimentassem no próprio Casarão.

A maior parte dos alimentos foi adquirida das famílias de agricultores do Vale do Guapiaçu, assim como toda a elaboração da comida foi contratada e realizada por membros das famílias da comunidade, o que proporcionou condições excepcionais de aproximação e acolhimento, além de consolidar a mudança funcional do casarão enquanto Centro Comunitário. Já o trabalho necessário à conservação do ambiente de estudo foi distribuído entre os grupos que se organizaram por regiões brasileiras, assim como toda a logística necessária ao funcionamento, animação dos espaços de trabalho e sistematização dos mesmos foi realizada por uma rede de pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação que atuam na UFF – Universidade Federal Fluminense; da UFS – Universidade Federal de Sergipe; da UFPR – Universidade Federal do Paraná; do IFPR – Instituto Federal do Paraná; da UFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e da UERJ-FFP – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores.

O acolhimento de todos/as se deu desde o primeiro momento de recepção dos participantes na estação rodoviária e nos dois aeroportos na cidade do Rio de Janeiro e na permanência no Vale do Guapiaçu. A comunidade local passou a se integrar a cada um dos grupos convidados com a hospitalidade experimentada por cada participante na qualidade proporcionada pelas comidas, pelo modo de vida dos habitantes do lugar, incorporando cada uma e cada um à própria comunidade e, assim, fazendo que cada uma e cada um ao voltar para seus lugares de origem carregassem consigo um pouco do Vale do Guapiaçu e sua gente acolhedora.



1 LUGAR



1 COMUNIDADE



4 MOMENTOS

APROXIMANDO EXPERIÊNCIAS

NÃO
A BARRAGEM
NO VALE GUAPIAÇU

PROPOE O PROJETO

???

E ELE MESMO LICENCIA

ONDE É PRO
16 MIL TONE
DE ALI
POR MÊ



O ESTADO

S VENCEREMOS!

Dona ROSA - ASSENTAMENTO
(FAZENDA QUEIMADA)

A SOLUÇÃO PARA CRISE HÍDRICA
É CUIDAR DA TERRA

A E ENERGIA
O MERCADORIA

E NÃO ATUAM
E NOSSA TERRA

APROXIMANDO EXPERIÊNCIAS

Um segundo momento, depois do acolhimento e da preparação e recepção, se deu com a Saída de Campo para Diálogos e Memórias do Acesso à Terra e Território no Vale do Guapiaçu.

Ali os/as lideranças da Comunidade do vale do Guapiaçu fizeram depoimentos onde expuseram sua saga de existência e resistência e se constituiu num momento ímpar pelos efeitos que produziu em todos os presentes e durante todo o encontro. Afinal, desde os anos 1960 que a região vem sendo objeto de intensa luta pela conquista da terra através de projetos de assentamentos de reforma agrária.

Além disso, chamou a atenção de todos/as (1) o fato dos primeiros assentados terem chegado à região depois de expulsão de outras regiões do estado do Rio de Janeiro, sobretudo dos municípios do norte fluminense, com destaque para Campos dos Goitacazes e (2) a maneira antissocial com que o Estado brasileiro trata a justa demanda por terra de camponeses, como no caso da transferência de novas famílias para lugares com famílias já assentadas, o que gerou conflitos entre os próprios demandantes de terra. (3) Registre-se que a região do vale do Guapiaçu tradicionalmente fora ocupada por povos originários sendo que Guapiaçu, em língua tupi-guarani, significa Cabeceira Grande e, mais especificamente, guapira designa o lugar onde começa um vale.

Assim, desde sempre as águas da bacia do Guapiaçu tem um papel destacado na conformação dos modos de vida dos povos da região. Além disso, a região registra a presença de comunidades negras indicando que o vale do Guapiaçu foi palco de comunidades em busca de liberdade desde o período colonial e do Império quando ainda prevalecia a escravidão.

A toponímia local registra essa marca na geografia da luta pela liberdade, como são os casos das comunidades de Matumbo e Quizanga, assim como outras localidades onde predominam comunidades negras.

Esse segundo momento em que a comunidade do Vale do Guapiaçu expôs sua memória de lutas serviu para criar uma forte ligação com as etnias, povos, nacionalidades, comunidades camponesas, assentados/as de reforma agrária e quilombolas que constituía a enorme gama de grupos sociais dos/as participantes convidados/as para esse IVº Encontro que, em seguida, num terceiro momento, através da instalação pedagógica, passaram a socializar suas experiências.

Nesse terceiro momento, cada um/a dos/as presentes

foi trazendo sua contribuição inspirados artístico-pedagogicamente em sementes, em algum instrumento de trabalho ou de luta, em utensílios domésticos ornados com arte, em livros, alimentos, mapas, artesanatos e com esses recursos apresentando a comunidade de onde vinha, contando sua história de vida e da vida de sua comunidade, explicando seus conflitos.

Assim, o Brasil foi mostrando sua variada riqueza social, cultural e de resistência/r-existência através do Povo Kaingang do PR; do Povo Suruí-Aikewara do PA; do Povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé no MT; dos camponeses/as que resistem à barragem de Belo Monte, no movimento Xingu Vivo para Sempre; dos faxinalenses do PR, que são camponeses/as que fazem amplo uso comunal das terras organizados através da Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses; das/os quilombolas de Brejo dos Crioulos em MG; das comunidades quilombolas Kalunga de GO; da comunidade quilombola de Castanho de PE; dos/as pescadores-as/agricultores-as/extratvistas das comunidades ribeirinhas do rio São Francisco; dos/as camponeses-as que se identificam como Ilhéus do Rio Paraná, no PR; das camponesas quebradeiras de coco babaçu, enquanto movimento interestadual no MA-TO-PA; dos/as pesadores/as do entorno da baía de Guanabara no RJ; de lutadores/as das comunidades das periferias urbanas do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte; dos/as trabalhadoras rurais de Apodi do RN.

“Diante de todas as pressões que vivemos hoje, sobre ameaças do governo brasileiro através dos grandes projetos de



desenvolvimento, temos tido muitas batalhas e demandas na nossa região contra mineradoras, latifúndio, grandes hidrelétricas”.
Welton Awayten Suruí - Suruí Aikewara (Set. 2016).

De outro lugar, bem longe da terra-território dos Suruí Aikewara, ouvimos:

“Fomos expulsos de nossa terra pela hidrelétrica de Itaipu. Quando temos o local para trabalhar, temos como ter condições de vida. No caso dos Ilhéus, ficamos muito tempo sem ter as condições de vida, e hoje faço pouco perto do que já fiz. Não posso colocar uma máquina de trator, porque o rio alaga muito. Hoje só posso plantar para minha subsistência. Mas mesmo assim criamos uma nova forma de condição de vida. Toda vida fomos pescador,

agricultor e apicultor, depois de tudo isso que aconteceu viramos apenas pescador no Rio Paraná. Hoje vivemos na migalha, enquanto a binacional vive com muito dinheiro. Para viver, precisa ser rico? Não, pois quando você quer isso você acaba prejudicando outras pessoas. Temos que lutar para ter o básico, e isso hoje não é fácil. Temos que trabalhar arduamente para ter condições básicas de vida hoje”.

João Benjamim – Ilhéu do Paraná.

Assim, se viu de Norte a Sul, de Leste a Oeste do país a história que a geografia social do Vale do Guapiáçu havia antecipado, onde imperam a expropriação e a violência protagonizadas seja por jagunços e pistoleiros a serviço do latifúndio moderno-tradicional, seja mediada pelo Estado, mas onde os grupos sociais se reinventam e, hoje, buscam encontrar-se.



60 PARTICIPANTES



25 EXPERIÊNCIAS

LUTAMOS POR TERRITÓRIO, PELO BRASIL E UMA NOVA AMÉRICA LATINA

PLÁCIDO JÚNIOR

I

Nossa vida era de escravidão
Todos direitos roubados
Deixando corpos mutilados
Sem igual na Região
Tudo teve origem com a concentração do chão
A exploração começada logo cedo de madrugada
E o som da sirene representava destruição
Explodiram o trabalho, destruíam matas, aipim e o feijão
Fazendo de nossas vidas, uma vida bem amarga
Concentraram nossa terra, agora querem concentrar água

II

Nossa luta não para e temos que perceber
Todo esse sofrimento fez juntar mãos e mãos
Animamos as comunidades, fizemos grande mutirão
Esse trabalho comunitário trouxe um novo amanhecer
Começou a juntar gente, atingidos por barragens, universidades
o MAB e AGB.
Nossos olhos se abriram, foi mudança repetitiva
Melhoramos a organização e o jeito de produzir
Estamos só no começo, temos muito a construir
Pois a luta todo dia tem sido a nossa sina
Lutamos por Território, pelo Brasil e uma nova América Latina.

III

O capital pega nossa cultura e enterra
Como pudesse a cultura enterrar
Ela é terra, é água, é fogo, é ar.
E por isso que a luta não se encerra
Temos jeito próprio de cuidar da terra
Nessa guerra que travamos em nossa lida
Ela vai além do Capital
Esse já sabemos que faz mal
Que visa impedir a tradição repetida
Lutar por território é também lutar por vida

IV

Temos jeito próprio de ser
E de relacionar com a natureza
Não tenho dúvida, falo com certeza
Embora não possa parecer
Contra a lei do Estado desobedecer
O latifúndio temos que impedir
Todas as barragens temos que destruir
E construir território em mutirão
Libertar a mãe natureza, pra viver a libertação

ESSES VERSOS FORAM ELABORADOS NO PRIMEIRO MOMENTO DO IV ENCONTRO SOB INSPIRAÇÃO DAS FALAS E VIVÊNCIAS RELATADAS PELOS REPRESENTANTES DOS MOVIMENTOS.



CARLOS WALTER PORTO GONÇALVES ABRINDO A IV ENCONTRO PELA TERRA E TERRITÓRIO

APROXIMANDO EXPERIÊNCIAS

Para aprofundar a compreensão dos limites e possibilidades das experiências de luta explicitadas, os participantes organizaram-se em três grupos como espaços de diálogo onde refletiram sobre suas histórias de vida, sobre os desafios, mapearam aqueles que os ameaçam, evidenciaram seus aliados, ademais de compartilhar as experiências de construção de futuro, com base nas duas questões-chave acima enunciadas. Os resultados de cada grupo foram, no momento seguinte, socializados em plenária, catalisando os aspectos de dimensões comuns, ressaltando as singularidades e elencando possíveis caminhos e eventuais compromissos.

O Comer, Curar, Habitar e Conviver: invenção criativa da vida. Como temos criado condições para garantir as condições materiais de nossas formas de vida, de produzir, de nos cuidar e nos organizar?



As duas questões propostas aos participantes derivaram dos caminhos apontados nos Iº, IIº e IIIº Encontros Regionais por Terra e Território. Nessa primeira questão, se visava abrir um debate sobre o modo como os diferentes grupos sociais, a partir daquelas experiências de lutas por terra-território em que, de algum modo, tenham conseguido garantir o controle sobre seus espaços, esses diferentes grupos sociais estão dando conta dos pilares materiais da conformação de toda sociedade, a saber: como estão elaborando seus modos próprios de comer, de curar-se, de habitar e de conviver? Do rico debate que se seguiu registramos alguns princípios constitutivos surgidos da prática, a saber:

Terra e Território, onde tudo começa ...

Os depoimentos e análises feitos pelos diversos grupos nos oferecem uma agenda teórico-política em que o binômio terra-território se mostra fundamental. Pode-se ver que o território é lugar de vida em um sentido amplo que vai das condições materiais, a terra e demais condições necessárias para a produção do alimento e do remédio até a dimensão do sagrado e, por isso, é necessário que se possa ter o controle desse espaço sem o que a vida e o sentido próprio que cada povo, cada cultura empresta ao viver não pode se afirmar.

“Para nós, o território é o lugar de viver, do

trabalho e realizar rituais”. **Cosme Rite, cacique do Povo Xavante.**

Assim, terra-território emerge relacionado a questões vitais num sentido bem mundano, a saber:

“Em relação à terra, não há educação, não há saúde se nós não tivermos terra. Como ter uma saúde boa se não há um peixe para pescar. Como podemos ser saudáveis se não comemos a carne de caça e sim a do frango industrial. Percebemos que a saúde do nosso povo tem estado pior, pois sofremos muita ameaça em nossos territórios. Para nós, terra é território. Nem todos têm essa possibilidade, um momento como esse. Os Guarani-kaiowa, por exemplo, não podem sentar para conversar, pois a qualquer momento podem sofrer ataques”.

Welton Awayten Suruí, do povo Suruí Aikewara.

Ou como diz a quilombola **Lourdes Fernandes de Souza**, do povo Kalunga:

“Terra e território são conceitos fortes, que trazem muito o sentimento, da diversidade, de cultura, de vida. Mas lutando com o mesmo destino. (...) O território do quilombo é para nós, kalungas, um espaço sagrado,

pois recriou uma nova vida, onde nossos ancestrais deram origem a uma nova forma de



vida. O resgate cultural, no âmbito econômico, social, cultural”.

Ou ainda, a camponesa ribeirinha **Ayala Dias Ferreira**

“... o território é o espaço concreto em que produzimos nossa existência, que é muito intensa. Nós somos negados por uma lógica que diz que indígenas, quilombolas e camponeses não podem existir. Essa dimensão da memória e reafirmando ela, parte-se dessa primeira análise. Fomos negados e se estamos ali é porque foi um processo de conquista e reconquista”.

A autonomia como dimensão política se mostra através de uma dimensão banal da reprodução da vida além da saúde, como a alimentação, como bem explicitou a camponesa **Maria Cavalcante**, de Alagoas.

“Quando eu construo uma casa de farinha construo autonomia. É uma estratégia de controle de alimentação, que abastece minha casa, meus familiares e o excedente eu vendo. Preciso saber o que eu faço com a terra, eu preciso de comida. Da mandioca eu faço farinha, bolo e alimento os animais. (...). Faço açúcar para a subsistência. O próximo passo é fazer óleo extra virgem de coco que tem preço bom”.

Outra mulher, Lourdes Fernandes de Souza, das

comunidades Kalunga de Goiás, vem se juntar à alagoana **Maria Cavalcante** ratificando essa dimensão vital.

“(Falo) sobre o letramento e as memórias da história de vida da minha vó, pois ela é um recurso vivo e posso utilizá-la para contar uma história com um letramento memorial, um conhecimento empírico, de forma que ele possa se recriar e não se perder. Valorizando a questão também do modo de produzir, como produzir os alimentos de forma saudável. Minha vó falava que não sentia dor de dente, que não ia ao médico, portanto o alimento saudável é importante para que possamos evitar os males dos transgênicos”.

É interessante observar como o território se mostra como história presente nos corpos. Uma dessas marcas nos chega pela violência como ressaltou uma mulher quilombola:

“Lutamos pela terra e o território. Pela resistência do espaço sagrado. Apesar de carregarmos uma herança do passado que nunca vai ser apagado, no presente da história de uma nação que foi formada através do estupro. Onde uma cultura universal é posta sobre uma cultura local, apagando e construindo por cima outra forma de vida, de Brasil”. **Lourdes Fernandes de Souza, quilombola Kalunga.**

A DIMENSÃO FEMININA NA LUTA POR TERRA-TERRITÓRIO

A violência contra a mulher, enfim, o corpo violado, estupro, não era da mulher branca da Casa Grande, mas da mulher negra e dos povos ancestrais. Esse sentimento existe e está em resistência na luta por terra-território. E, assim, nos traz uma história de larga duração que atua, é atual, por meio do “colonialismo interno” em que uma cultura pretensamente universal quer se impor a outras, locais. Essa cultura que se impôs tem cor, a cor branca, que se esconde como não-cor pois diz que os outros é que são gente de cor, como se branco não fosse cor.

As mulheres, em diferentes momentos, foram destacadas por seu papel no processo de afirmação das territorialidades e lutam por afirmar seus direitos de estar/ser/ter território.

“Não podemos ficar sentados esperando o governo, ou alguém, para fazer isso por nós. A associação é importante para isso montamos a Associação de Mulheres Kalunga, para que possamos debater nossas questões de forma que possamos nos igualar dentro de uma sociedade machista e capitalista”. **Lourdes Fernandes de Souza, quilombola Kalunga.**

Ainda que reconheçam que o machismo atravessa as próprias comunidades em luta, como assinala **Maria Cavalcante**, camponesa de Alagoas.

“A produção das mulheres é uma estratégia invisível. A mulher planta e homem que vende. A mulher tem um olhar diferenciado”.

Ou ainda como assinala **Ayala**, camponesa ribeirinha do Pará:

“Não podemos trabalhar apenas uma identidade, pois ela é múltipla dentro do movimento. A condição da mulher, que pode ser livre do latifúndio, mas não é livre do sistema patriarcal, a incidência da violência, do calar, do ambiente estrito do lar, do espancamento, da morte. Há sujeitos dentro do movimento que precisam se reafirmar”.



Os versos trazidos por Dona Cledeneuza Maria Oliveira

**MOVIMENTO QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB)
PARÁ RESUME BEM ESSA DIMENSÃO**

Xote das Quebradeiras de Coco (Letra e música: João abelha de Praia Norte do Tocantins)

Ei, não derruba esta palmeira
Ei, não derruba os palmeirais
Tu já sabes que não podes derrubar
Precisamos preservar as riquezas naturais!
O coco é para nós grande riqueza
É obra da natureza, ninguém vai dizer que não
Porque da palha se faz casa pra morar
Já é um meio de ajudar a maior população
Se faz o óleo pra temperar a comida
É um dos meios de vida pra os fracos de condição
Reconhecemos o valor que o coco tem
A casca serve também para fazer o carvão
Com óleo de coco, as mulheres caprichosas
Fazem comidas gostosas de uma boa estimacão
Merece tanto seu valor classificado que
Com o óleo apurado, se faz o melhor sabão
Palha de coco serve pra fazer chapéu
De madeira faz papel, ainda aduba o nosso chão
Talo de coco também é aproveitado
Faz quibane, faz cercado pra poder plantar feijão
A massa serve pra alimentar o povo
Tá pouco o valor do coco, precisa de atenção
Para os pobres, este coco é meio de vida
Pisa o coco, Margarida! E bota o leite no capão
Mulher parada, deixa de ser tão medrosa!
Seja um pouco corajosa, segura a minha mão
Lutemos juntas com coragem e com amor
Pra o governo dar valor a esta nossa profissão.

MULHER RENDEIRA (AUTOR DESCONHECIDO)

Apresentada por Maria Cavalcante – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Alagoas

Olê mulher rendeira, olê mulher renda
Se a mulher ficar em casa, nunca vai se libertar (2x)
Minha mãe teve 3 filhas com o nome de Maria
Trabalhava sempre em casa, só meu pai é quem saía.
Hoje tenho orgulho dela, que criaram autonomia
Quando quis fazer um verso, e as mulheres exaltar
Me alembrei de Margarida
Que era muito popular
E jogou uma semente para gente cultivar
As mulheres do Nordeste têm a fama de valente
Mesmo semianalfabeta
No trabalho é competente
Com justiça e igualdade até com presidente.

SEM MEDO DE SER MULHER (MST - AUTORIA: ZÉ PINTO)
AMATINO SEBASTIÃO - MOVIMENTO DOS FAXINALENSES (PARANÁ)

Prá mudar a sociedade do jeito que a gente quer
Participando sem medo de ser mulher (2x)
Porque a luta não é só dos companheiros
Participando sem medo de ser mulher
Pisando firme sem pedir nenhum segredo
Participando sem medo de ser mulher
Pois sem mulher a luta vai pela metade
Participando sem medo de ser mulher
Fortalecendo os movimentos populares
Participando sem medo de ser mulher
Na aliança operária-camponesa
Participando sem medo de ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando sem medo de ser mulher

Há um tempo que se faz memória, que habita os corpos que emprestam sentidos à vida através do conhecimento, outro valor que aparece como memória e como construção de futuro, como educação.

“Diante de todas as pressões (...) mesmo assim temos formado um sistema nosso, cultural, dentro dessa pressão do dia-a-dia. O que nos fortalece? É manter nossas crianças com a memória viva. Sempre nos preocupamos em conseguir administrar o pouco que temos, já que nossa reserva é pequena e insuficiente, pois nosso povo cresce a cada ano. Se as crianças têm o conhecimento de nossa história, elas são o futuro e podem se espelhar no passado também. Temos que manter nosso povo instruído, uma vez que a cultura do branco chega sempre destruindo a nossa forma de cultivar, plantar e colher os frutos da terra. Trabalhamos muita a educação”.

A educação do branco se espelha na cultura europeia, e isso não serve para nós. Precisamos mapear as áreas de pesca, de caça, de cultura, de fruto, assim como as ameaças, como os fazendeiros e os madeireiros”.

Welton Awayten Suruí - Suruí Aikewara.

Cosme Rite, do povo Xavante, vai na mesma direção. Então houve muita perda do conhecimento que é transmitido de forma oral, ao mesmo tempo temos pautado como devemos resgatar o conhecimento. Lembro-me da fala do meu pai, temos poucas pessoas que buscam a melhor forma de viver. Essa busca do bem viver é importante, mas como? (...) Isso tudo é possível trazer através da troca de experiências entre outros povos e territórios. Através de conhecimentos específicos das famílias, do pajé, do curandeiro, de forma a atender a nossa comunidade. Tentamos trazer estes conhecimentos, junto aos conhecimentos antigos uma vez que os mais antigos já se foram”.

Uma ligação aproxima povos indígenas, quilombolas, camponeses/as em torno de memória, do conhecimento, da educação com valores próprios. Ayala, ribeirinha camponesa do Pará, concorda com **Welton, do povo Suruí.**

“E concordo com o Welton, pois há uma geração que não teve contato com os 40 anos atrás e não passou o que eles passaram e muitas vezes não sabem no cotidiano o que se passou para estar ali. O MST faz questão de trabalhar isso com a juventude, pois ela cresce com a estrada construída, com a escola, com o posto de saúde. (...) Essa dimensão da memória precisa existir, pois nossa existência não está dada, pois a qualquer momento podemos perder esse

território. Estradas duplicadas, estradas de ferro, linhas [de transmissão de energia], ameaçam nossas vidas e podem nos jogar para a periferia de nossa memória. Nosso passado pode precisar voltar nesse momento e essa geração precisa ir à busca e ao encontro dessa história de luta e afirmação. E como temos criado essa busca? Primeiro, essa memória precisa ser relevada pela criança e pela juventude.

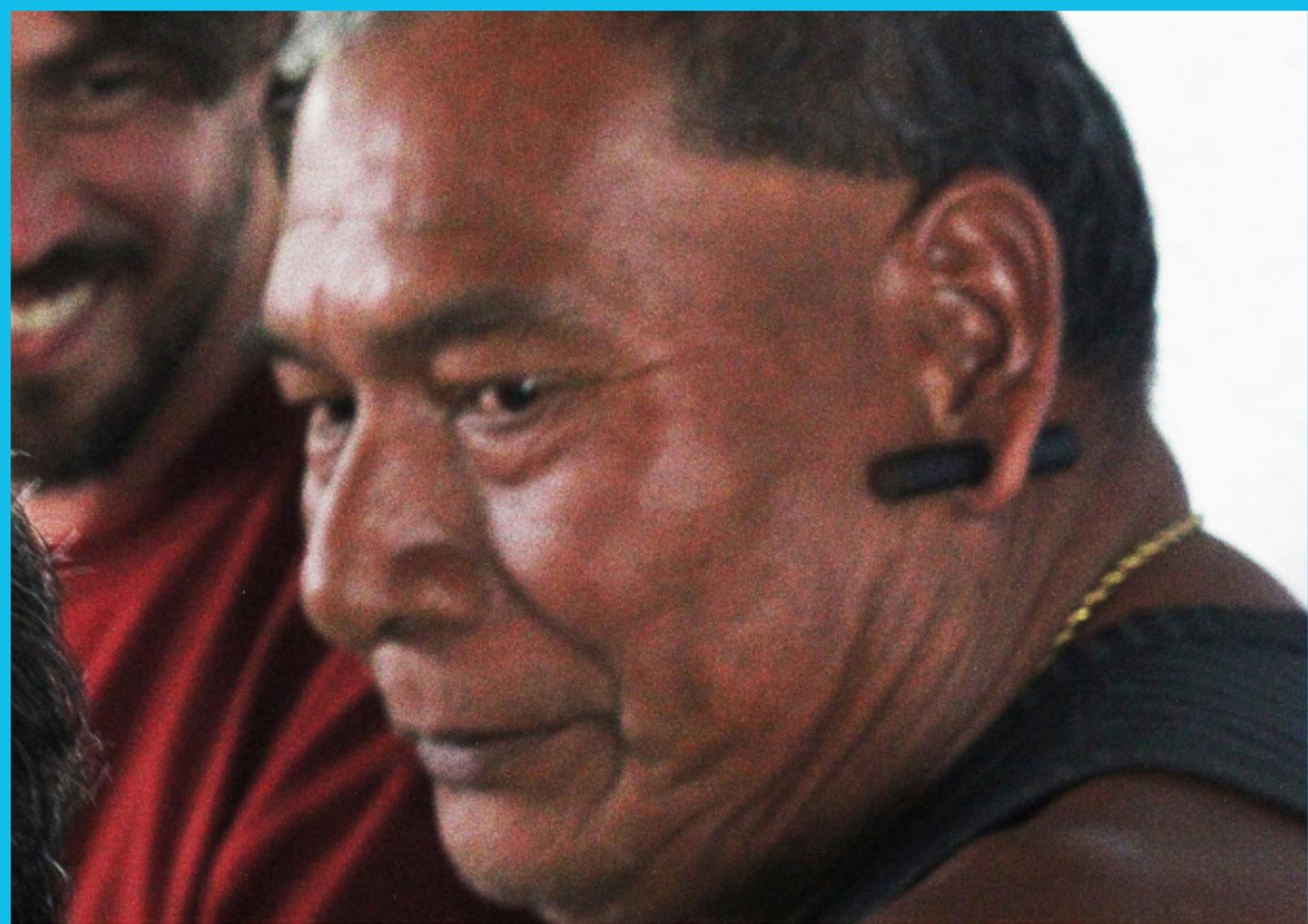
E é preciso ir além da leitura, precisa ser um contato concreto e real que explica a música no ato ou numa poesia. Ousamos fazer isso quando o massacre do Eldorado de Carajás fez 10 anos, no dia 17 [de abril], os camponeses vão para a Curva do S fazer um ato, mas essas pessoas passaram por isso, mas a juventude que não passou por isso não sentia o mesmo e achava que isto era apenas um momento de encontro.

Ou repensamos isso ou vai ficar apenas em uma memória muito distante. Precisamos fazer essa Curva do S para além da memória, trazer música, poesia, teatro. Foi tão forte que nesse 17º ano fizeram uma surpresa através de uma peça de teatro e foi tão forte que vimos sobreviventes do massacre chorando, correndo e se escondendo, porque a cena foi tão forte, tão real, de grito de tiro que sentimos que tinham feito exatamente o que aconteceu. Vimos pessoas impressionadas como a memória é capaz de trazer elementos que trazem a dimensão de luta e resistência no território. O Elemento da organização por si só não basta mais”.

Ou ainda, quando **Maria Cavalcante, de Alagoas, acrescenta:**

“Nossa história é a mesma, sobre como temos criado as condições. Nossa forma não é diferente. Também temos um grupo de mulheres. Nossa preocupação também é sobre o que os jovens podem fazer na terra, para continuar na terra. Temos que ficar lembrando que tudo que existe hoje é porque alguém teve coragem de lutar por tudo isso que está aqui. Às vezes os jovens não sabem a origem do que estão comendo, e então é preciso estar dizendo nossa história”.

Assim, a memória é acionada como conhecimento próprio em contexto conflitivo. É um tempo presente onde passado e futuro são reinventados nas circunstâncias. E nos mostram que a luta pela terra-território é uma luta epistêmica (de conhecimento), política e societária ao mesmo tempo com/contra a devastação promovida pelas oligarquias modernas monocultoras. Em vários depoimentos ficou evidenciada a situação precária



com que os diferentes grupos têm que se defrontar com a devastação das terras que conquistam, o que revela o caráter predatório com que se dá o processo de ocupação de nosso território, comandado pelo latifúndio das oligarquias que historicamente controlam o poder em nosso país.

“Quatro anos mais tarde cheguei no assentamento. Depois quando cheguei no lote, eu vou comer o que? Braquiária? Depois de três anos lutando estabeleci uma horta com diversidade, com mandioca, feijão, milho”, diz **Manuel Erlano de Sica, do Assentamento Emiliano Zapata, do MST, em Uberlândia – MG.**

“O território foi totalmente desmatado e encontramos somente pastagem. A alternativa que mantemos, uma vez que é uma área de transição cerrado-Amazônia, é criar um intercâmbio com parentes que moram mais próximos de forma a rever o que perdemos, por mais que não seja originário, como milho, feijão, para estarmos produzindo o que é ideal para nosso território”. **Cosme Rite, Xavante – MT.**

Observemos que contra a devastação, os dois depoimentos registrados sinalizam que é preciso diversificar a produção, um dos princípios de uma prática tradicional e que, hoje, vem sendo nomeada como agroecologia.

“Temos 122 pessoas no assentamento, cada família precisa mais duas pessoas para mão de obra. Temos uma alimentação boa que inclui arroz, feijão, milho (também para venda), carne de vaca, frango (criado solto sem ração de fora), produzimos manteiga do leite. Toda casa você vai achar isso”. **Manuel Erlano de Sica, do Assentamento Emiliano Zapata, MST-Uberlândia.**

E essas práticas, como vimos ao longo de todo o Encontro, indica ser mais que uma técnica de cultivo ou de um outro sistema de uso da terra que, todavia, é, pois indica uma outra relação metabólica em que o ciclo de matéria e energia proporciona o máximo controle local possível dos processos de criação/ produção da vida. Enfim, ...

A DIVERSIDADE DA VIDA E A REINVENÇÃO DA RELAÇÃO COM A CIDADE

Do cuidado com a saúde própria à saúde do outro.

“Temos nossas ervas medicinais para atender a comunidade. Oferecemos um curso de horta coletiva e distribuimos as plantas medicinais em cada sítio. Fazemos creme, sabonete, argila de massagem”, como no Assentamento **Emiliano Zapata – MST-Uberlândia**, segundo **Manuel Erlano de Sica**.

Com a preocupação com uma comida saudável procuram se diferenciar das monoculturas através da diversificação produtiva e da agroecologia quando buscam uma outra relação com a cidade e, assim, ampliam o sentido da luta pela terra-território.

“Fundamos cooperativas, feira de agricultura familiar. Hoje temos 30 barracas que estão salvando a produção. Levamos fruta e queijo ricota para a feira de Mossoró. (...) As feiras têm permitido mostrar nossa cara. Diziam que os assentados e camponeses não produziam nem maxixe. A gente ganhou a gente da cidade. A caravana agroecológica, ficou conhecida no Brasil inteiro, botou 4.000 pessoas na rua, ganhamos muitos aliados”, relata **Francisco Edilson Neto do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de APODI, Rio Grande do Norte**.

Ou ainda, como no depoimento de **Maria Cavalcante, de Alagoas**

“Na nossa estratégia política nós estamos

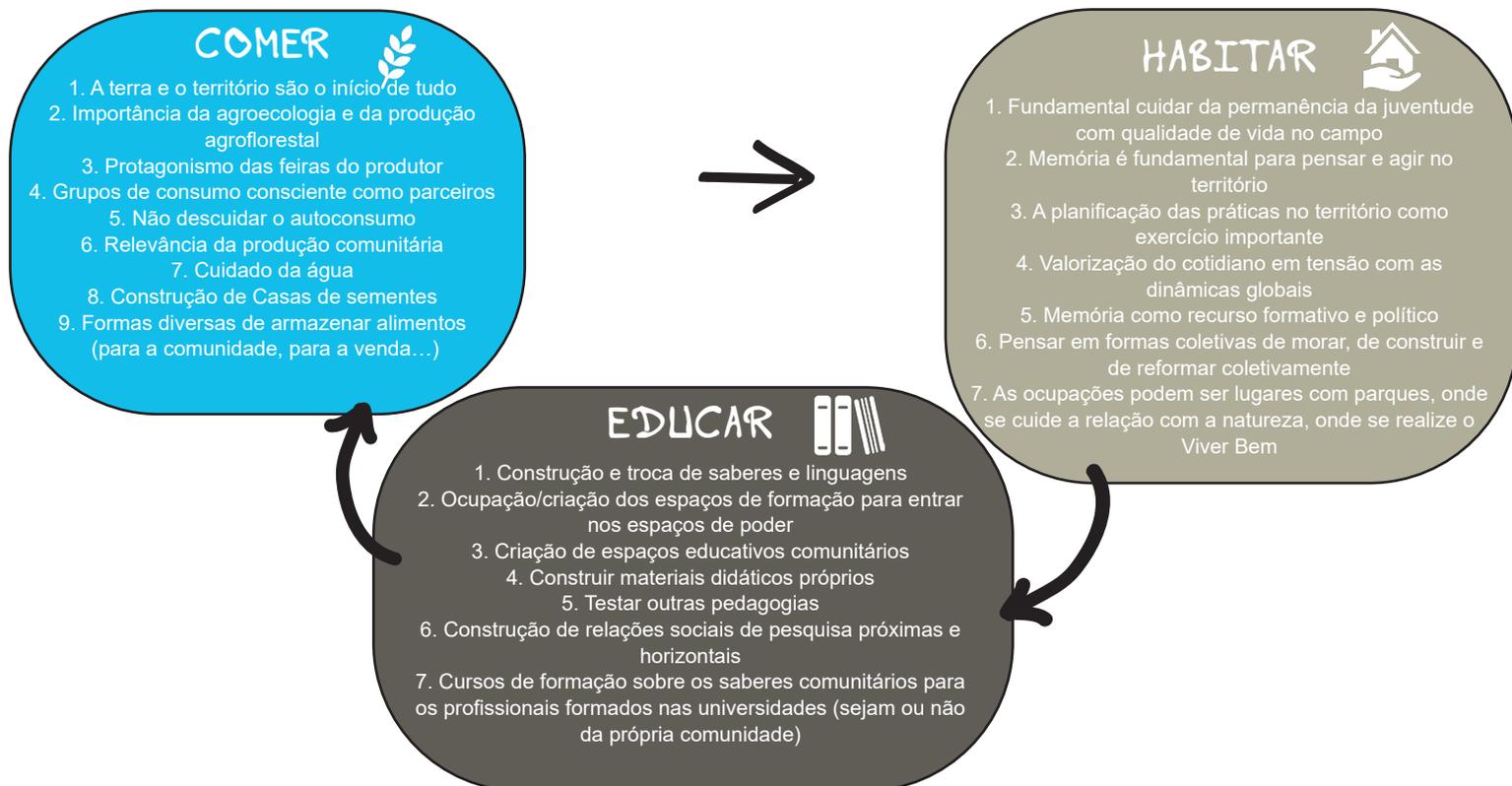
ligados ao povo da cidade. (...) As feiras livres é uma criatividade nossa. Criamos um grupo de consumidores conscientes e assim não precisamos ir na feira e ficar o dia todo. É uma alternativa para produzir a tal de autonomia, garantir o alimento e a comercialização. Vender as coisas nas nossas próprias comunidades, feira dentro do assentamento”.

E Daniela Soares, do Movimento Xingu Vivo enfatiza

“O coletivo de mulheres de Xingu, tem uma feira de economia solidária e criativa, onde comercializa, queijo, banana, artesanato, com uma proposta de alimentação saudável. As trocas de experiências são muito importantes, se falo de conhecimentos indígenas tenho muito conhecimento, mas diante de pessoas e culturas diferentes voltamos para nossa base com uma cultura mais ampla. Trazemos coisas que são importantes para nós, se ficarmos sós em nossas aldeias, não teremos essa possibilidade. Estamos trocando ideias aqui e semeando bons frutos”.

A exposição dos grupos na plenária, após os debates, trouxe para a partilha um universo de possibilidades de comer, curar/cuidar, habitar e conviver, mas também e com muita força o educar, como uma ação cotidiana, necessária e carregada de futuro.

Eis uma síntese, ainda que não revele toda a riqueza do debate, nos serve, entretanto, para enfatizar convergências e revelar compromissos.



SINTETIZANDO A LUTA, DIMENSIONANDO O HORIZONTE
 COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS, CONSTRUINDO NOVOS/OUTROS HORIZONTES DE VIDA

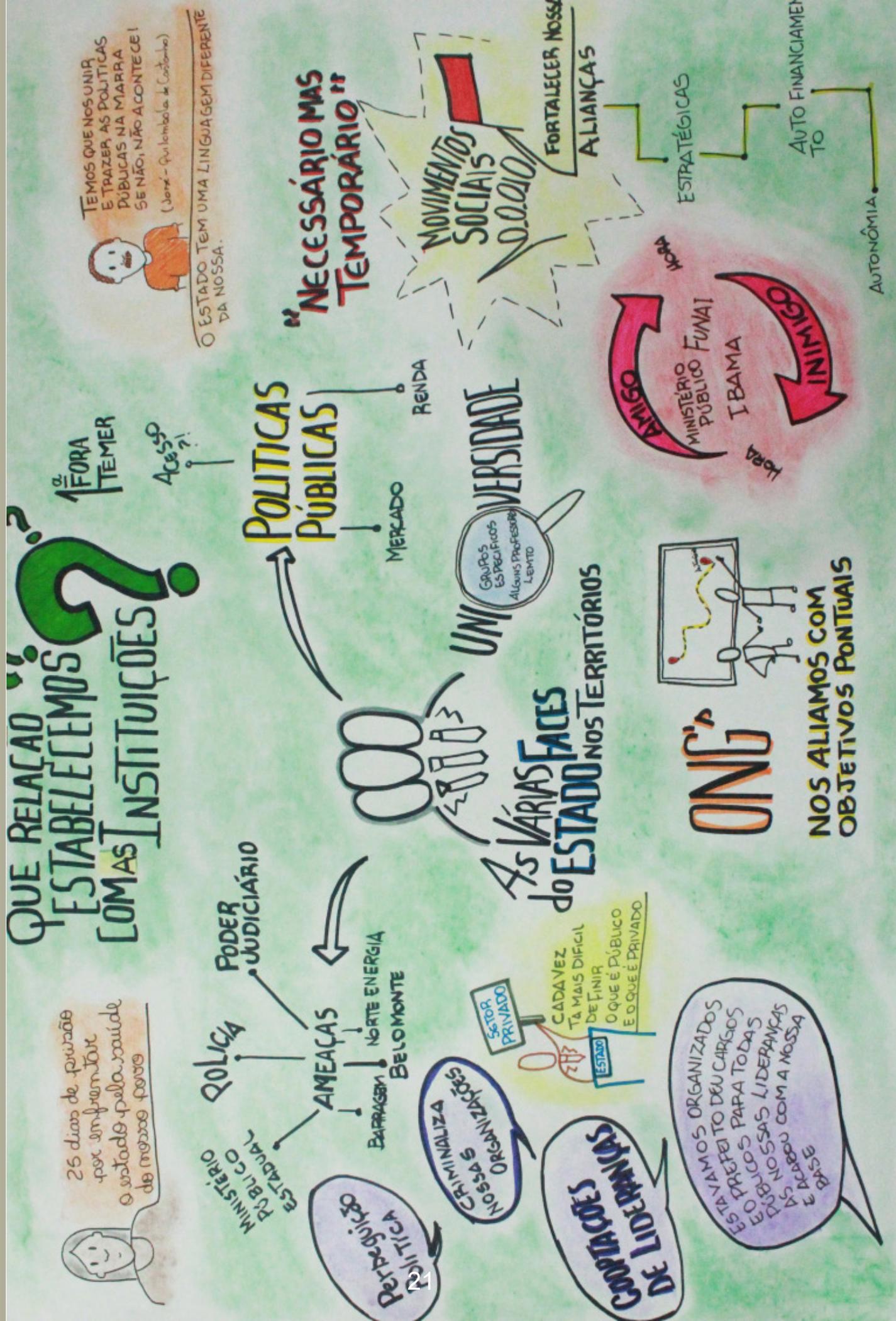


Foto: Sistematização gráfica realizada por Bianca Santana. Set. 2016.

SISTEMATIZAÇÃO GRÁFICA II



SISTEMATIZAÇÃO GRÁFICA III



Foto: Sistematizações gráficas realizada por Bianca Santana. Set. 2016.

Enquanto com a primeira questão-chave se procurava dar conta do modo como os diferentes grupos sociais em luta estão procurando garantir as condições materiais para terem o máximo controle possível para decidir por si próprios acerca de suas vidas – autonomia – com essa segunda questão-chave o foco se desloca para o modo como esses mesmos grupos sociais em luta estão lidando com outras instituições, sejam elas do Estado ou da sociedade civil. Assim, a questão da mediação política foi explicitada.

E, como não podia deixar de ser, chamou a atenção nos debates a força das reflexões sobre o Estado. Uma constatação recorrente é que é difícil ignorar o Estado, pois muitas garantias de direitos e acesso a recursos públicos passam pela relação com ele. O enigma a ser decifrado é, portanto, como esses direitos são constituídos e como são centralizados nessa instituição que é o Estado. Afinal, a riqueza propriamente dita é fruto do trabalho, da natureza. Assim, para o aprofundamento dessas reflexões uma pergunta se impôs: quem é/o que é o Estado? No conjunto das argumentações, diferentes modos de abordar o Estado foram destacados e algumas pistas foram surgindo nos debates, seja como indagação, seja como constatação, configurando um ponto de partida para aprofundamento das análises, a saber:

1. Nós, enquanto atores políticos que nos organizamos, também somos parte do Estado?

2. O Estado estabelece relações com o capital e com as empresas que direcionam suas ações. Tem crescido uma privatização do Estado, com os representantes do capital assumindo muitas das funções que deveriam ser públicas e mediadas pelo Estado;

3. O Estado atua através de suas instituições no âmbito executivo, judiciário e de representação política;

4. O Estado atua em diferentes escalas, enquanto muitas vezes nossa atuação fica mais restrita no nível local.

Analisando a atuação das instituições estatais, as ambiguidades ficam bastante claras, onde vários exemplos levantados pelos grupos indicaram tanto possibilidades de parcerias com os movimentos sociais para apoio às lutas, como de conflitos e criminalização, dependendo da conjuntura política, da capacidade de pressão dos movimentos e da clareza dos movimentos sobre qual é o seu projeto próprio e como lutar por ele.

Por tudo isso, refletir sobre o Estado demanda uma capacidade de ler a conjuntura, nomear os diferentes sujeitos e interesses e saber como estabelecer relações através de suas várias instituições e instâncias políticas.

Um dos momentos mais ambíguos da relação dos diferentes grupos sociais com o Estado é o momento eleitoral quando o aparato institucional de poder procura se legitimar através da consulta à população com regras que procuram afirmar a representação política e não participação e a iniciativa dos diferentes grupos sociais na política. Manifestou-se um profundo descrédito sobretudo com a redução da democracia a meros procedimentos eleitorais.

O **Sr. Bezerra**, do Movimento de Comunidades Populares do Rio de Janeiro indica que

“o período eleitoral é deprimente por conta das promessas e alianças que são feitas e das políticas eleitoreiras que invadem as comunidades”.

Para ele, as três esferas do executivo são contaminadas por esse contexto neoliberal, fazendo de todos inimigos. Segundo ele, “os poderes constituídos não buscam solucionar os problemas pela sua raiz e, portanto, o velho Estado não serve ao povo, mas ao sistema”.

Sr. Amantino Sebastião de Beija, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, do Faxinal do Meleiro, Mandirituba – PR, foi taxativo ao ver

“as eleições obrigatórias como farsa da nossa democracia”.

Já o quilombola **Zé Carlos**, da Comunidade Quilombola de Castainho, no município de Garanhuns – PE, explicitou que

“durante o período eleitoral, alguns candidatos levam demandas das comunidades para se elegerem, mas não retornam com resultados para elas”.

Ele reitera que neste momento eleitoral

“quem tem que levar as propostas é a comunidade, pois mesmo não tendo experiência política convencional, a experiência comunitária é importante”.

O **Sr. Zé Carlos** deu o exemplo de um vereador que conseguiu se eleger levando propostas da comunidade. Para ele, faz muita diferença quando a comunidade está organizada e começa a agir dizendo para o governo

o que é importante para eles. Enfim, chamou-se a atenção que não basta criticar o Estado e suas eventuais formas de exercer o controle da sociedade, mas que é na organização das comunidades e dos grupos sociais em luta, da lucidez e clareza política do que querem que vai depender a maior ou menor capacidade desses grupos decidirem sobre suas próprias vidas. Enfim, de uma democracia a serviço da vida e que valorize o protagonismo dos/as interessados/as.

No entanto, foram registradas possibilidades de alianças com as instituições e representações do Estado bem concretas e que, eventualmente, podem ser disputadas, subvertendo suas ações de acordo com os interesses dos movimentos sociais, dependendo da clareza e lucidez política acumulada pelos grupos sociais em luta.

No entanto, mesmo quando bem-sucedidas no primeiro momento, essas alianças trazem um risco de cooptação, de tutela e perda de autonomia, por isso o debate apontou que a relação com o Estado sempre é plena de tensões, com as quais os movimentos sociais precisam estar permanentemente atentos.

Nesse contexto também foi bastante debatido as formas próprias com que os diferentes grupos sociais se organizam em suas lutas. Elas são fundamentais para fortalecer a capacidade coletiva de se relacionarem com as outras instâncias da sociedade. No entanto, elas muitas vezes tendem a reproduzir a forma de atuar do Estado. Quando isso ocorre, os coletivos tendem a perder sua autonomia, daí a importância de se buscar a construção de formas próprias de organização. Considerando a importância de estabelecer relações coletivas com as instituições estatais e de ampliar as formas autônomas de organização, o debate apontou que as alianças prioritárias (estratégicas) deveriam ser entre as próprias organizações populares, baseadas em capacidades conjuntas de construção de princípios e projetos, de autofinanciamento das lutas e de autonomia política.

Isso vale mesmo para certas relações que, no debate, apareceram de forma recorrente como importantes para a garantia dos direitos dos grupos sociais em luta do campo, como no caso do judiciário, do Ministério Público em especial, assim como com representações políticas (candidatos populares eleitos ao executivo ou legislativo) e até com a escola (em seus vários níveis educacionais).

Um exemplo de relação com a institucionalidade estatal bastante debatido foi a que se dá entre movimentos sociais e as universidades. Embora reconhecida como um direito a ser garantido (acesso

à universidade) e como uma possibilidade para o fortalecimento das lutas, ela também mostrou suas ambiguidades. Uma delas é que existe uma diferença entre a relação institucional com a universidade e a relação que os movimentos sociais estabelecem com grupos de pessoas que atuam no interior da universidade e que são aliados de suas lutas. O fato de na sociedade moderna a tecnociência adquirir centralidade coloca as instituições escolares, sobretudo a universidade, como verdadeiros templos modernos.

No senso comum, o discurso científico, estimulado inclusive por certos cientistas, aparece como sendo a única verdade. No entanto, a polêmica e a divergência conformam as diversas ciências que, no fundo, são conformadas por comunidades humanas e, portanto, por contradições de visões diferentes.

Afinal, o mundo científico é, também, lugar de controvérsias e, por isso, é possível encontrarmos dentro das universidades parceiros, aliados e, também, adversários.

Dessa reflexão, algumas possibilidades foram indicadas pelos grupos para a relação com as universidades: (a) buscar aliados nas universidades tanto para as ações políticas, como para o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias; (b) estabelecer parcerias com instituições que existem dentro da universidade (ex. AGB, LEMTO); (c) a partir dessas alianças, os movimentos fazerem disputas sobre o sentido mais geral da universidade, buscando subvertê-la e fortalecer certas perspectivas populares afirmando seu interesse público.

Rogério da Conceição, da Comunidade de Caraíbas, Norte de MG bem destacou que a Universidade, especificamente no seu caso, a UFMG e a UNIMONTES, também

“é um ambiente de conflitos, pois há pesquisas que podem ajudar, mas que, por outro lado, também podem prejudicar a comunidade”. Deu exemplo de “comunidades que estão passando apuros por laudos feitos pela Universidade, mas ressalta que também há pesquisadores da UFMG que assinaram um convênio com o INCRA para auxiliar no laudo antropológico em apoio às comunidades”.

Natália Alves, das Brigadas Populares, de Belo Horizonte–MG ressaltou que o apoio da universidade existe, mas para evitar certas apropriações do conhecimento da comunidade ou uma relação como mero “objeto” de pesquisa, a comunidade deve “buscar discutir e filtrar as aproximações que se estabelecem, de modo a estabelecer outro tipo

de relação”. Ressaltou também que, “por vezes, há uma relação conflituosa com a UFMG ou com a UNIMONTES, pois eles fortalecem a luta, mas às vezes expõem “segredos”, estratégias. Por isso, tem de haver cuidado no repasse de informações”. Por outro lado, relata que

“a universidade contribui, por exemplo, oferecendo planejamento técnico urbanístico ou sanitário, apoio para denúncias de despejos, que as instituições parceiras têm papel fundamental no auxílio às comunidades, mas que os recursos são conjunturais e que é preciso ir mais adiante na busca de autonomia dessas lutas, fortalecendo organizações comunitárias/ coletivas locais”. Para ela, “o importante é estabelecer a unidade interna da comunidade para, então, se ter uma relação com outras comunidades”.



O **Sr. Zé Carlos**, quilombola da Comunidade Castainho destacou que

“a comunidade tem que discutir as formas de inserção dos moradores no ensino superior, de modo que garantam retorno das formações para a própria comunidade e que preparem esses jovens no sentido de valorizar sua identidade e resistir ao preconceito que por vezes podem sofrer. Há, no Castainho mais de 20 jovens na universidade, tanto com formação em Direito quanto licenciados, por exemplo”. Reforça que “é preciso ter uma base para compreender os objetivos do que se busca com essas formações, uma organização prévia para saber o que a comunidade está preparada para receber. No quilombo tudo passa pela associação comunitária local”.

Destacou a importância dos movimentos em luta saberem o que querem quando enviam seus filhos para estudar nas universidades, pois a universidade não pensa adequadamente as relações étnicas e raciais, nem tampouco as relações de gênero, pois reproduz o patriarcado, o que alguns autores próximos

aos grupos sociais em existência chamam de colonialidade que, no fundo, é como se manifesta o racismo e a desqualificação dos saberes ancestrais ou simplesmente de saberes que bebem em fontes outras que não a matriz eurocêntrica, como bem destacou **Welton Awayten Suruí - Suruí Aikewara**

“Trabalhamos muito a educação. A educação do branco se espelha na cultura europeia, e isso não serve para nós. Precisamos mapear as áreas de pesca, de caça, de cultura, de fruto, assim como as ameaças, como os fazendeiros e os madeireiros”.

Mauro, do Assentamento Osvaldo de Oliveira, do MST em Macaé-RJ sintetizou bem um conjunto de preocupações quando assinalou que

“uma das questões básicas que as comunidades têm que assumir é a construção das suas escolas próprias,

pois isso garante a autonomia dos moradores e não a delegação da educação dos filhos para o Estado. A lógica comunitária, à parte do Estado, representa a responsabilidade com uma educação reconstruída nas margens, pelo povo e para o povo. A formação de jovens da comunidade é responsabilidade de todos. E acrescenta que “o Estado somos nós” e, por isso, a busca da autonomia para a educação é importante. Mas também ressalta: “os inimigos somos nós mesmos”, assumindo a responsabilidade pelos acertos, mas também pelos erros”.

Mauro destacou, ainda que “as relações com as universidades são importantes, pois “as “canetadas” também são estratégias para o fortalecimento da luta” e, com isso, ressaltava a importância da relação que os grupos sociais em luta devem manter com o “regime de verdade” da sociedade moderna com a ciência e suas técnicas. Assim, os argumentos técnicos e científicos servem de “canetadas”. Mas ressalta que

“são apenas grupos específicos e núcleos limitados que auxiliam na causa dos movimentos.

Há, no assentamento em Macaé, relações políticas com alguns grupos técnicos da Prefeitura, mas a partir de parcerias pontuais; alguns vereadores também contribuem, propondo, por exemplo, audiências públicas ou fortalecendo a merenda escolar agroecológica”. De acordo com ele, “o INCRA não faz muito além de cumprir com suas funções básicas – e muitas vezes prejudica os processos de luta pela terra”.

O Sr. Amantino Sebastião de Beija, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, do Faxinal do Meleiro, Mandirituba – PR, aponta que

“alguns setores específicos das universidades, como os cursos de Geografia e Direito da UFPR, que apoiam a luta dos faxinais. Relata, todavia, que o ensino é centralizado em alguns espaços e que deveria haver uma educação diferenciada para os povos e comunidades tradicionais”

E deste modo, assinala mais uma vez a colonialidade do saber que atravessa as relações sociais e do poder que ignora e desqualifica saberes que se inspiram em outras fontes de origem local, como se o saber que se impõe ao mundo como regime de verdade também não tenha sua origem em um determinado local, numa determinada região, como se fosse de lugar nenhum, embora tenha sua origem numa província específica do mundo, a Europa, assim como em determinados grupos ou classes sociais que não são aqueles em situação de subalternização/opressão/exploração.

Os depoimentos e análises feitas pelos participantes destacaram, ainda, outro aspecto fundamental das relações sociais e de poder que atravessam os grupos sociais em luta nos seus encontros/desencontros com o Estado, a saber, a questão da escala. E aqui se revela um dos mais intrincados desafios na luta política em geral e que no Brasil, assim como na América Latina, tem na injusta questão fundiária um papel central que estrutura as relações sociais e de poder.

A extrema concentração de terra concentra não só um meio de produção, mas também concentra poder, sobretudo na escala local que, a partir daí se expande por toda a escala de poder tanto à escala das unidades dos estados

federados como da escala federal. O tamanho e o poder da bancada ruralista nas escalas dos estados e federal é a expressão desse poder extremamente desigual que as comunidades/etnias se defrontam à escala local que, assim, ficam invisibilizadas. Daí a importância de encontros como esse para se informar e formar.

Pela própria natureza das relações de dominação que, diga-se de passagem, sempre implicam resistência, é no lugar em que se vive que cada um sente concretamente em seus corpos as condições de opressão/discriminação/exploração. Assim, é a partir da escala local que emanam as lutas de r-existência.

Todavia, é na escala local que o controle político dos poderosos se faz de modo mais duro e violento, o que exige muita criatividade política dos movimentos em luta para superar esses limites.

Aqui a questão das mediações é fundamental e, muitas vezes, ela se dá por meio de instituições que resultam das próprias lutas democráticas da sociedade brasileira, como é o caso do Ministério Público, sobretudo à escala federal que, com a



Constituição de 1988 instituiu um órgão em defesa da sociedade, dando-lhe inclusive a incumbência de maior fiscalização do Estado. Mesmo assim, a questão da escala volta a se mostrar, pois nas unidades federadas subnacionais, os estados, as oligarquias tradicionalmente se apropriam desses órgãos e/ou neutralizam suas funções.

É possível identificar o controle pelas oligarquias daqueles órgãos federais que cuidam de questões consideradas de seu interesse direto, como a questão fundiária e tudo que nela está implicado, como os direitos territoriais de povos indígenas e negros, a questão da água e de minérios, como são os casos do INCRA, da FUNAI e, cada vez mais, os órgãos ambientais.

Kretã Kaingang, cacique Kaingang originário da Terra Indígena de Mangueirinha, no Paraná, por exemplo, destacou que

“um dos maiores aliados da comunidade Kaingang no Paraná é o Ministério Público Federal, especialmente a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, que lida especificamente com populações indígenas e comunidades tradicionais. Também cita o caso da Comissão de Defesa de Povos Indígenas da Câmara dos Deputados Federais em Brasília”.

Rogério da Conceição, da Comunidade de Caraíbas, no vale do São Francisco no Norte de MG

“indica a existência da Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Estado de Minas Gerais, composta por 17 etnias, como parceira da sua comunidade. Para ele, é importante ocupar instâncias do Estado para lutar de dentro dele, estabelecendo um programa de ações. As ações do MPF são importantes, por exemplo, no impedimento de reintegrações de posse, mas vê o Ministério Público Estadual de MG (MPMG) como algoz, além da Prefeitura e da Câmara dos vereadores”.

Natália Alves, das Brigadas Populares, de Belo Horizonte–MG, também destaca que

“o governo do Estado de Minas é intransigente com as ocupações urbanas, ao mesmo tempo que não propõe programas habitacionais. As comissões representativas das causas dos movimentos existem, mas apresentam muitas fraquezas. Destaca, ainda, que “a Defensoria Pública é importante, mas há uma relação controversa com o MPMG”. Como desafio, ela aponta que “os movimentos têm que estabelecer relações de troca entre si, especialmente para lutas

mais cotidianas, de forma que cada movimento saia da sua “bolha”.

Por fim, debateu-se também sobre as relações com outros parceiros, em especial, as ONGs. Nessas relações é preciso diferenciar quem são financiadores ou apoiadores e quem são realmente aliados. Muitas vezes, as relações de financiamento tendem a tutelar as ações dos movimentos sociais criando uma tensão para sua autonomia. Há uma diferença entre estabelecer relações com parceiros que fortaleçam as lutas e estabelecer relações com pessoas/instituições que querem falar pelos movimentos.

Esse debate sobre as alianças levanta uma questão chave: quem é aliado? São todos aqueles com quem nos relacionamos? Não, o debate indicou que aliados são aqueles que estão juntos na luta, que fortalecem o protagonismo dos próprios grupos sociais em luta!

Por isso, existem muitas relações dos movimentos sociais com outras instâncias da sociedade, porém é preciso saber diferenciar as relações com aliados de outras relações.

Kretã, Cacique Kaingang originário da Terra Indígena de Mangueirinha –PR faz uma crítica

“à multiplicação de ONGs indigenistas na Amazônia, principalmente pela ausência de projetos que atendam às necessidades dos índios nas Terras Indígenas (TIs), mas que recebem verbas grandes do Governo Federal. Ele afirma que as ONGs estabelecem uma relação de tutela com os indígenas, não favorecendo a autonomia dos mesmos”.

Aponta que “as comunidades também são parte do Estado, não são algo externo a ele. Diz que alianças com alguns movimentos sociais, como o MST e movimentos de luta pela moradia, são importantes, pois permite que se estabeleçam trocas de experiências. Também fala da relação com algumas universidades, como por exemplo a UFPR, que oferece tanto apoio técnico quanto abertura para debates e formações, mas também algumas universidades particulares. Ressalta, ainda, o apoio de artistas que, muitas vezes, dão visibilidade à causa indígena; mas relata o peso negativo que a mídia hegemônica exerce, relacionando crimes ou piadas aos indígenas. Daí, enfatiza a importância das mídias alternativas para propagar as lutas”.

Rogério da Conceição, da Comunidade de Caraíbas, no Vale do São Francisco no Norte de MG destaca

como parceiros da comunidade algumas ONGs como a CÁRITAS e a Misereor que auxiliam financeiramente encontros e apoio para deslocamento com passagens. Ele ressalta que não há auxílio por parte do estado para essas dinâmicas e, por isso, fala da importância de se criar um sistema de arrecadação comunitária de fundos.

O **Sr. Amantino Sebastião de Beija**, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, do Faxinal do Meleiro, Mandirituba – PR, destacou como instituições/comissões parceiras,

“o trabalho do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Paraná; o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto por membros da sociedade civil; o Ministério Público do Paraná (MPPR), que embora auxilie muito na luta através dos Centros de Apoio Operacional (CAOPs) não tem poder de decisão sobre as ações das comunidades. Segundo ele, a Terra de Direitos é uma grande parceira, assim como a Rede Puxirão de PCTs do Paraná e o Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), de Irati”.

Observe-se que muitas das instituições do Estado que os diversos participantes dos movimentos assinalaram como importantes são aquelas que indicam uma recente ampliação da participação de grupos sociais até então marginalizados, como os povos e comunidades tradicionais, ou que dizem respeito a temas que são de interesse das grandes maiorias empobrecidas da população, como é o caso do CONSEA, esse último resultado da Campanha Contra Fome de inícios dos anos 1990.

Cabe sublinhar que os participantes desse IV Encontro Terra e Território reiteraram alguns princípios que já se constituem em patrimônio das lutas sociais, como é o caso de não separar a questão ambiental da questão social, como nos anos 1970 e 1980, a Articulação dos Povos da Floresta encabeçada por Chico Mendes, Osmarino Amancio Rodrigues, Davi Kopenawa

Yanomami e Ailton Krenak.

O **Sr. Amantino Sebastião de Beija**, da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, do Faxinal do Meleiro, Mandirituba – PR, por exemplo criticou

“a atuação de algumas OSCIPs [Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público], que possuem foco ambiental, mas não político em relação aos faxinais e comunidades tradicionais, bem como às Delegacias de Polícia, que criam empecilhos para o registro de Boletins de Ocorrência, por exemplo”.

E, tal como aquela Articulação, destacou a importância de se articularem, além da escala regional, nas escalas nacional e global, como assinalou o cacique Kretã Kaingang, do povo Kaingang.

Uma boa síntese desses desafios pode ser vista na análise feita pela **Sr^a Alexania**, do MAB – Vale do Guapiaçu, que atua em Cachoeiras de Macacu – RJ que ressaltou

“que o movimento social que não faz articulações com outros movimentos sociais está fadado a morrer. As articulações devem ocorrer em diferentes níveis tanto táticos e como estratégicos. Nesse sentido, algumas vão ter um caráter mais pontual e outras a longo prazo. É necessário que o movimento tenha cuidado e clareza sobre qual tipo de aliança construir para poder avançar na luta. Destaca, ainda, a importância da associação com outros movimentos para o fortalecimento das lutas. Diz que o GT de Agrária da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) é um grande parceiro na luta na região. Acredita que pressionar órgãos através da ocupação como o BNDES ou a Secretaria do estado de Agricultura é um fator essencial. Acredita na atuação de ONGs como benéficas, desde que coloquem os sujeitos como protagonistas das ações, o que nem sempre ocorre”.

3 CONVERGÊNCIAS E COMPROMISSOS



COMER



HABITAR



EDUCAR

PROPOSTAS PARA ABRIR MAIS HORIZONTES



JOSÉ CARLOS EXPÕE O TESTEMUNHO DA LUTA DO QUILOMBO CASTAINHO

PROPOSTAS PARA ABRIR MAIS HORIZONTES

Na avaliação dos convidados, apareceu com muita força o caráter inédito do modo como o espaço foi organizado. Segundo vários participantes, são poucas as oportunidades no Brasil e na América Latina onde conseguem convergir membros de comunidades com a diversidade que esteve presente no IV encontro, e com uma metodologia que permitisse uma interação profunda entre as pessoas, sem ficar presos em formatos que pretendem simular estruturas acadêmicas de trabalho e que não compreendem os tempos-espacos de muitas das comunidades que protagonizam as lutas por terra-território.

A partir da riqueza dos momentos vivenciados e as experiências compartilhadas ao longo do encontro, no último dia do evento surgiram propostas sobre a possível continuidade das reflexões e a necessidade da articulação entre as comunidades.

Para avançar nessa direção foram indicados encaminhamentos e compromissos, entre eles:

- 1. Organizar um próximo encontro: Uma das principais propostas foi trabalhar na organização de um segundo encontro com organizações do Brasil, no qual possam ser convidadas mais comunidades/movimentos. A projeção foi que este segundo encontro**

seja realizado em outro estado do país no ano 2017.

- 2. Favorecer as trocas de experiências entre as comunidades/movimentos participantes do encontro: O encontro reforçou a importância da troca para fortalecer as lutas nos diferentes territórios. Foi indicada a necessidade promover espaços de troca de experiências entre os participantes através de visitas a outros territórios para conhecer de forma mais direta os processos de r-existência em curso.**

- 3. Criar ferramentas de comunicação entre os participantes: Uma medida essencial segundo a avaliação dos participantes é a necessidade de nos manter em contato além das outras estratégias que foram sugeridas. Ficou a pendência de propor a melhor ferramenta para continuar a comunicação com fluidez (lista de e-mails, inserir notícias das comunidades nos boletins parceiros, etc.)**

Talvez a melhor síntese desse IVº Encontro Terra e Território seja a “Carta de Guapiaçu pelo Rio, pela Vida e pela Dignidade” discutida e aprovada ao final do IVº Encontro Internacional pela Terra e Território, realizado em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro.



Nós somos faxinalenses, vazanteiros, pescadores, ilhéus do Rio Paraná, indígenas Kaigang, Suruí Aikewara e Xavante A'uwê Uptabi Marãiwatséde, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, camponesas e camponeses, trabalhadores da cidade e do campo, agentes de pastoral, educandos e educadores universitários vindos de todas as regiões do Brasil, da Bolívia, Colômbia e Chile, e nos reunimos no Vale do Guapiaçu, em Cachoeiras de Macacu – RJ, entre os dias 14 e 17 de setembro de 2016 para o IV Encontro Internacional pela Terra e Território. Vimos para nos conhecer, narrando nossas lutas e as formas como habitamos, convivemos e cuidamos de nós e de nossos territórios, intercambiando nossas experiências de vida, de produção e organização política. Vimos também para darmos as mãos, nos fortalecendo em nossas lutas.

Fomos muito bem recebidos pela comunidade do Vale do Guapiaçu e pudemos também conhecer algumas das histórias dos homens e mulheres que aqui vivem.

São histórias marcadas por diferentes processos de exploração do trabalho e de expulsão que fizeram com que essas famílias viessem para essa região nos anos 1960 e 1970 e passassem a lutar para conquistar essa terra em que vivem hoje. Foi a partir da terra conquistada e reconhecida pelo Estado na forma de assentamentos de reforma agrária que puderam construir uma vida com dignidade, criando suas formas de convivência e auto-organização, produzindo alimentos e água para si e para o abastecimento da cidade, cuidando de sua cultura e da sua memória.

Infelizmente, também soubemos que essa vida se encontra mais uma vez ameaçada pela expulsão, em função de um projeto que desrespeita a comunidade e quer impor a construção de uma barragem no Rio Guapiaçu, a cerca de 100 Km do Rio de Janeiro.

Esse projeto, proposto pela Secretaria do Ambiente desse estado, insere-se no conjunto de condicionantes do licenciamento ambiental do Complexo Petroquímico (COMPERJ) e no cenário de “estresse” hídrico do leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse projeto mente à população do Rio de Janeiro ao afirmar-se como necessário para o abastecimento de parte da cidade, ignorando outras possibilidades alternativas.

O projeto esconde que esta barragem teria um curto prazo de validade, pois estudos mostram que em 2035

ela já não seria mais capaz de abastecer a população da cidade, o que reforça sua inviabilidade.

O projeto, que já vem sendo ventilado há 6 anos, ameaça mais de 1.000 famílias em 12 comunidades, oprimindo-as ao trazer-lhes insegurança e constantes ameaças, dificultando que elas continuem com sua vida e sua produção. O projeto reativa as histórias de expropriação, expulsão e violência que já marcam as memórias dos homens e mulheres que aqui vivem. A barragem, se concretizada, inundará 2.100 ha e impedirá a produção de milhares de toneladas de alimentos – aipim, milho, jiló, quiabo, laranja, goiaba, palmito de pupunha, hortaliças e leite – que saem mensalmente do Vale do Guapiaçu para o CEASA do Rio de Janeiro (o que representa 40% do total ali comercializado) e para mais de 70 escolas estaduais como merenda escolar, alimentando nossas crianças todos os dias. Além disso, seriam mais de 15 mil empregos diretos e indiretos destruídos.

O projeto de barragem, na verdade, só atende um único interesse: o do grande capital e seus representantes no governo, eles próprios responsáveis pelo Estudo de Impacto Ambiental que tem se mostrado inconsistente quando confrontado tanto pelo conhecimento local, como por estudos científicos independentes.

Os moradores, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) não se negam a compartilhar a água e apresentaram projetos alternativos para aumentar o volume de água que já é captado pelo sistema Imunana-Laranjal na Bacia Guapiaçu-Macacu para abastecimento do Leste Metropolitano, através de recuperação das nascentes e das matas ciliares e manutenção do rio vivo para garantir água e alimentos para sempre. Estes projetos sequer têm sido considerados pelo governo.

Por todos esses motivos, nós, aqui reunidos no IV Encontro Internacional pela Terra e pelo Território denunciaremos que essa barragem é mais uma violência que tem se reproduzido em todo o território nacional e nos solidarizamos e apoiamos a luta das companheiras e companheiros do Vale do Guapiaçu contra ela. Afirmamos que todos os rios devem ser livres e precisam continuar vivos para garantir águas para a vida e não para a morte. Terra e Água não são mercadorias!

Vale de Guapiaçu, 17 de Setembro 2016

ASSINAM ESTA CARTA:

GRUPOS, COMUNIDADES, MOVIMENTOS SOCIAIS, INSTITUIÇÕES

- LEMTO-UFF - Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades – Rio de Janeiro, Brasil
- IPDRS - Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, Bolívia
- AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, Brasil
- APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses, Paraná, Brasil
- Associação Quilombola Brejo dos Criolos, Minas Gerais, Brasil
- Brigadas Populares, Brasil
- Blog Combate Racismo Ambiental
- CEDAC - Centro de Ação Comunitária - Rio de Janeiro/RJ
- ColetivoSAN-RJ - Coletivo de Segurança Alimentar do Rio de Janeiro/RJ
- Comunidade Caraíbas Norte de Minas, Minas Gerais, Brasil
- Comunidade Quilombo do Kalunga, Goiás, Brasil
- Comunidade Quilombola Castainho, Pernambuco, Brasil
- Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco, Brasil
- CPT – Comissão Pastoral da Terra, Brasil
- Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG
- Grupo de Trabalho Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural CLACSO
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase
- Indisciplinar UFMG – Escola de arquitetura da UFMG
- Indisciplinar UFOP – Faculdade de Arquitetura da
- Universidade Federal de Ouro Preto Indisciplinar Ecuador
- LABERUR - Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos, Universidade Federal de Sergipe - UFS, Sergipe, Brasil
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, Brasil
- MCP - Movimento de Comunidades Populares, Brasil
- MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco babaçu, Brasil
- Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná, Paraná, Brasil
- Movimiento de Defensa del Agua, la Tierra y el Medioambiente, MODATIMA, Chile
- MPP - Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, Brasil
- MPS - Movimento Pró-Saneamento e Meio Ambiente da Região do Parque Araruama - São João de Meriti/RJ
- MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Brasil
- NETAJ-UFF - Núcleo de Estudos sobre Territorialidades Ações Coletivas e Justiça, Rio de Janeiro
- Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano, Brasil
- Povo Kaingang, Paraná, Brasil
- Povo Suruí-Aikewara, Pará, Brasil
- Povo Xavante, Terra Indígenas Marãiwatsédé, Mato Grosso, Brasil

- Quilombo Paiol de Telha, Paraná, Brasil
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodí, Rio Grande do Norte, Brasil
- Via Campesina, Brasil
- Xingu Vivo para Sempre, Pará, Brasil

ADESÕES INDIVIDUAIS

- Ailynn Torres Santana – Investigadora y Profesora, Flacso-Ecuador
- Alejandra Santillana Ortiz – Directora Instituto de Estudios Ecuatorianos.
- Alexander Panez Pinto, LEMTO, Niterói – RJ, Brasil
- Alexania Rossoto, MAB, Rio de Janeiro, Brasil
- Aline Miranda Barbosa, IFPR/LEMTO,
- Alzeir Coimbra Pereira, MAB, Cachoeiras de Macacu – RJ, Brasil
- Amantino Sebastiao de Beija - APF-Faxinalenses
- Ana Carolina Pordo
- Angela Massumi Katuta - UFPR
- Ayala Dias Ferreira - MST/Pará
- Carlos Walter Porto-Gonçalves , LEMTO, Niterói - RJ, Brasil
- Cledeneuza María Bizerre Oliveira - MIQCB/CIMQCB
- Clifford Andrew Welch – Professor da História Contemporânea do Brasil, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, Brasil
- Cosme Rite, Xavante A'uwê Uptabi Marãiwatséde, Mato Grosso, Brasil
- Daniela Saares da Silva, Movimento Xingu Vivo,
- Diego Dominguez – IIGG-UBA-CONICET, Argentina
- Dionizio Felipe, MAB, Cachoeiras de Macacu – RJ, Brasil
- Eduardo Barcelos, AGB – GT Agrária , São Pedro da Serra - RJ - Brasil
- Eliane Tomiasi Paulino – Universidade Estadual de Londrina, Brasil
- Eliud Torres Velázquez – Doctorante en el Posgrado de Desarrollo Rural, UAM Xochimilco, Ciudad de México.
- Elsa Guzman Gomez , Mexico
- Eraldo da Silva Ramos Filho, UFS, Sergipe - Brasil
- Ester Monsonis Ferrer
- Estevão Tsimitsute , Xavante A'uwê Uptabi Marãiwatséde, Mato Grosso - Brasil
- Fernando Machicao Bowles – Colectivo Territórios en Resistencia Bolívia
- Fernando Michelotti – UNIFESSPA, Marabá – PA, Brasil
- Flavio Bladimir Rodriguez – Universidad Externado de Colombia, Bogota, Colombia
- Francisco Edilson Neto - STTRA
- Gabriel Fortunato, NETAJ, Niterói, Brasil
- Gabriela Dantas, MAB, Rio de Janeiro, Brasil
- Jacob Binsztok – POSGEO, Univerisdade Federal Fluminense, Brasil
- Joao Bejamin Franco - ILHÉUS

- Jorge Montenegro - ENCONTRA/UFPR
- José Beserra de Araujo, MCP, Rio de Janeiro, Brasil
- José Carlos - Quilombo Castaíno - PE
- Juan Guillermo Ferro Medina – Profesor Asociado Facultad de Estudios Ambientales y Rurales Pontificia Universidad Javeriana Coordinador Observatorio de Territorios Étnicos y Campesinos Colombia
- Juan Valdés Paz – Investigador, UNEAC. La Habana, Cuba
- Juan Wahren – Docente e Investigador IIGG/UBA (Argentina)
- Julia Santos Rodríguez Dias, Rio de Janeiro, Brasil
- Kreta Kaningang, Kaigang/350 Brasil/APIB,
- Laiany Rose Souza Santos – Universidade Federal de Sergipe, Movimento de Mulheres Camponesas, Brasil
- Laura dos Santos Rougemont , NETAJ, Niterói, Brasil
- Leandro Bonecini de Almeida, LEMTO, Rio de Janeiro, Brasil
- Levir Jacinto, MAB, Cachoeiras de Macacu – RJ, Brasil
- Lidianny Fonteles - Antropóloga do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Brasil
- Lina María Hurtado, LEMTO, Niterói – RJ, Brasil
- Lourdes Fernandes de Souza , Associacao Quilombola Kalunga, Monte Alegre – GO, Brasil
- Luciana Miranda de O. Costa, Rio de Janeiro, Brasil
- Luciano Concheiro Borquez – UAM-Xochimilco, México
- Luis Felipe Rincón – Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Brasil
- Luiz Jardim, UERJ/ AGB – GT Agrária, Rio de Janeiro, Brasil
- Magno Silvestri, UFMT , Mato Grosso, Brasil
- Manuel Erlano de Sica - MST
- Marcela Burger Sotto Maior, LEMTO, Niterói – RJ, Brasil
- Marcio Santos, MCP, Rio de Janeiro, Brasil
- Mara Edilara Batista de Oliveira – Universidade Federal Fluminense UFF / IEAR, RJ, Brasil
- María José Cavalcante - Pastoral da Terra
- Marina Micos Macieira, FFP/UERJ, Rio de Janeiro, Brasil
- Mario Sosa Velazquez, Universidad Rafael Landivar, Guatemala
- Mauro Fabiano, MST, Macaé – RJ, Brasil
- Mercedes Solá Pérez, Brasil
- Messias Gonçalves dos Santos, MAB, Cachoeiras de Macacu – RJ, Brasil
- Michel Couto Lopes, NETAJ/UFF, Niterói – RJ, Brasil
- Milson Betancourt, LEMTO/UFF, Bogotá, Colômbia
- Natalia Alves - Brigadas Populares
- Nahyda Franca - Ibase
- Nelia Rodríguez Souza - Empório do Cerrado
- Nicanor Alvarado Carrasco, Lima, Perú
- Oscar Bazoberry, IPDRS, La Paz, Bolívia
- Pablo Barbeta – Investigador CONICET- IIGG- UBA - Argentina
- Paula Vidal Molina – Profesora Escuela de Trabajo Social, Universidad de Chile
- Paulo Alentejano, UERJ/AGB – GT Agrária, Rio de Janeiro, Brasil
- Pedro D’Andrea Costa, AGB - GT Agraria, Niterói, Brasil
- Pilar Lizárraga Aranibar – Investigadora Comunidad de Estudios JAINA - Bolívia
- Plácido Junior, CPT, Recife – PE, Brasil
- Raquel Neyra Souplet, Lima, Perú
- Rosemeire A de Almeida - UFMS/Três Lagoas-MS-Brasil
- Rosilene Brives Viana de Melo, MAB, Cachoeiras de Macacu – RJ, Brasil
- Rogerio da Conceição - MPP
- Rosilene Borges da Conceicao, MAB, Cachoeiras de Macacu – RJ, Brasil
- Ruth Bautista Durán, IPDRS, La Paz, Bolívia
- Stalin Gonzalo Herrera Revelo – Investigador Asociado al Instituto de Estudios Ecuatorianos
- Sofía Astelarra – IIGG-UBA - Argentina
- Tania Pacheco - Blog Combate Racismo Ambiental
- Thiago Damas, NETAJ/UFF, Rio de Janeiro, Brasil
- Verónica Rodrigues, LEMTO/UFF, Rio de Janeiro, Brasil
- Welton Awayten Suruí - Suruí Aikewara

3 COMPROMISSOS DO ENCONTRO



ORGANIZAR UM
PRÓXIMO ENCONTRO



FAVORECER AS TROCAS DE
EXPERIENCIAS ENTRE AS
COMUNIDADES



CRIAR FERRAMENTAS DE
COMUNICACAO

REPERTÓRIO DE PRINCÍPIOS E VALORES



REPERTÓRIO DE PRINCÍPIOS E VALORES

REPERTÓRIO DE PRINCÍPIOS E VALORES QUE SINALIZAM OUTROS (VELHOS? NOVOS?)
HORIZONTES DE SENTIDO PARA A VIDA QUESTOES EMERGENTES

1. Início de tudo: Terra e Território
2. Estimular a construção e troca de diferentes saberes e linguagens;
3. Necessidades de construção de novas metodologias e materiais didáticos que estimulem a convivência e a formação de subjetividades comunitárias, coletivas.
4. Importância da memória para identificação com o território, valorização dos saberes e para a formação política. A memória torna presente o passado e constrói o futuro;
5. Construção de espaços educativos comunitários: creches, escolas e centros de formação política;
6. Construção de novas relações de pesquisa entre a Universidade e as Comunidades com base no diálogo de saberes, na comunicação e não na extensão unilateral de conhecimento;
7. Estimular maior convivência dos jovens profissionais no cotidiano das comunidades;
8. Ocupar e subverter os espaços formais de educação: escolas, universidades e institutos técnicos
9. Estimular a construção de espaços de resolução dos conflitos internos aos grupos sociais e comunidades em luta sem intervenção do Estado;
10. Cuidar da permanência da juventude no campo com qualidade de vida;
11. Estimular experiências de farmácias vivas e a produção de alimentos sem veneno. Experiências da Caravanas Agroecológicas, Feiras Criativas e Solidárias. Intensificar a relação campo-cidade;
12. Considerar a Saúde como um valor político e como algo para além da ausência de doenças. Com isso politizar o modo de comer alimento saudável, ter trabalho digno e convivência com a natureza;
13. Cuidar dos limites dos seres humanos e da natureza estimulando a reflexão sobre a Espiritualidade e a Fé;
14. Questionar as relações de gênero (machismo e patriarcalismo) e o racismo. Estimular o protagonismo feminino;
15. Estimular a criação de grupos de consumo consciente e as feiras de produtores/as.
16. Estimular o Cuidado da água e do Bem Comum;
17. Estimular Práticas Agroecológicas (Permacultura, Agrofloresta, Casa de sementes e outras) por suas profundas implicações políticas, além de técnicas, por apontar no sentido da autonomia;
18. Estimular o debate crítico sobre o Desenvolvimento, o Bem Viver e o Decrescimento. Viver com Dignidade!
19. Estimular a construção de redes de movimentos e identidades plurais e diversas: Unidade na diversidade;
20. Articular as lutas cotidianas com projetos mais amplos de transformação social.

20 PRINCÍPIOS E VALORES



ANEXOS



Cancioneiro

Farinhada (autor desconhecido)
Apresentado por Cledeneuza

Vou fazer uma farinhada, muita gente eu vou chamar (2x)
Só quem entende de farinha, venha peneirar aqui! (2x)
Vou chamar (nome da pessoa) para peneirar aqui. (2x)
Peneira, peneira, peneira, peneira, venha peneirar aqui!
Peneira, peneira, peneira, peneira, venha peneirar aqui!

Welton Suruir - Aldeia Itahy / Povo Suruí-Aikewara – Pará
Canção de concentração / início de luta (Autoria ancestral)

Hussepe remukitá
Kwara were Komurú
Hussepe remukitá
Kwara were Komurú
Herikó murú
Herikó
Herikó murú
Herikó
Herikó murú
Herikó...

Guapiaçu - Natureza viva - Poema
Seu Bezerra - Movimento de Comunidades Populares
MCP - Morro do Chapadão - Rio de Janeiro

Guapiaçu é aqui
Não é acolá
A natureza te colocou ai
Ninguém vai te tirar
Como a natureza
Eis a vida a brotar
Que maravilha, que beleza!
Nunca deixaremos de te amar.
Guapiaçu de nossas vidas, fazes parte
Eis a fonte de vida
Onde inspira amor e arte
Por isso não haverá despedida
Eis a essência de nosso ser
A natureza sabe o nosso clamor
Nunca te deixaremos morrer
Recebendo a vida, te daremos amor
Guapiaçu, queremos te enternecer
Em cada dia e em cada momento
Pois é tão lindo teu entardecer
E com tua força és nosso alento
Na tua pureza
Eis como o amor de uma criança
Com toda sua beleza
Que cresce alegre e cheia de esperança
Ó mãe natureza
Que nos dá a vida como tu
Com amor e singeleza
É o vale do Guapiaçu
Desde tua nascente
Esbanjas garrido
Com outros afluente
A alegrias da vida
Tudo que a natureza plasma
É para nós, para mim e pra tu
Com todo seu esplendor
Nos presenteou com o rio Guapiaçu
Com todo o teu encanto
Na vida queremos entrar
Eis a natureza nossa manto
Nunca deixaremos de te amar!

PARTICIPANTES

1. Alexander Panez Pinto - LEMTO/UFF
2. Alexania Rossoto - MAB
3. Aline Miranda Barbosa - IFPR/LEMTO
4. Alzeir - MAB-Cachoeiras de Macacu-RJ
5. Amantino Sebastião de Beija - APF-Faxinalenses
6. Ana Carolina Pordo
7. Angela Massumi Katuta - ENCONTRA/UFPR Litoral
8. Ayala Dias Ferreira - MST/Pará
9. Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF/LEMTO
10. Cledeneuza Maria Bizerre Oliveira - MIQCB/CIMQCB
11. Cosme Rite - Xavante A'uwê Uptabi Marãiwatséde
12. Daniela Soares da Silva - Movimento Xingu Vivo-PA
13. Danilo Cuin - UFF/LEMTO
14. Dionizio Felipe - MAB
15. Eduardo Barcelos - AGB-GT Agrária
16. Eraldo Da Silva Ramos Filho - UFS
17. Ester Monsonis Ferrer
18. Estevão Tsimitsute - Xavante A'uwê Uptabi Marãiwatséde
19. Fernando Michelotti - UNIFESSPA-PA
20. Francisco Edilsorneto - STTRA
21. Gabriel Fortunato - UFF/NETAJ-RJ
22. Gabriela Dantas - MAB-Cachoeiras de Macacu-RJ
23. Joao Bejamin Franco - MOIRPA-Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná - PR
24. Jorge Montenegro - ENCONTRA/UFPR
25. José Bezerra de Araujo - MCP
26. José Carlos - Quilombo Castaíno - PE
27. Julia Santos Rodríguez Dias
28. Kretã Kaingang - Kaingang/350 Brasil/APIB
29. Laura dos Santos Rougemont - UFF/NETAJ
30. Leandro Bonecini Almeida - UFF/LEMTO
31. Levi - MAB
32. Lina María Hurtado - UFF/LEMTO
33. Lourdes Fernandes de Souza - Associação Quilombola Kalunga-GO
34. Luciana Miranda de O. Costa - FFP/UERJ
35. Luiz Jardim - UERJ/ AGB-GT Agrária
36. Magno Silvestri - UFMT
37. Manuel Erlano de Sica - MST-Uberlândia, MG
38. Marcela Burger Sotto Maior - UFF/LEMTO
39. Marcia Rodrigues Meschesi - UFF
40. Marcio Santos - MCP
41. Maria José Cavalcante - CPT-AL
42. Marina Micos Macieira - FFP/UERJ
43. Marlon Nunes - UFF/LEMTO
44. Mauro Fabiano - MST/RJ
45. Messias - MAB
46. Michel Couto Lopes - UFF/NETAJ
47. Milson Betancourt - UFF/LEMTO
48. Natalia Alves - Brigadas Populares
49. Nelia Rodríguez Souza - Empório do Cerrado
50. Oscar Bazoberry - IPDRS-Bolívia
51. Paulo Alentejano - UERJ/AGB-GT Agrária
52. Pedro D'Andrea Costa - AGB-GT Agraria
53. Plácido Junior - CPT-PE
54. Rosa - MAB-Cachoeiras de Macacu-RJ
55. Rogério da Conceição - MPP-MG
56. Roseli Borges da Conceição - MAB
57. Ruth Bautista Durán - IPDRS-Bolívia
58. Thiago Damas - UFF/NETAJ
59. Verónica Rodrigues - UFF/LEMTO
60. Welton Awayten Suruí - Suruí Aikewara
61. Valter Carmo Cruz - NETAJ-UFF
62. Leandro Leal - LEMTO-UFF
63. Gabriela Dantas - MAB



©Todas as imagens na memória são os IPDRS/LEMTO

O LEMTO - Laboratório de Estudos de Movimento Sociais e Territorialidades - é um grupo de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. É constituído por acadêmicos – Professores e estudantes de Graduação e Pós-graduação – do Brasil e diversos países da América Latina, a saber: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e México.

O Instituto para o Desenvolvimento Rural na América do Sul (IPDRS) é a iniciativa de um grupo de pessoas para a promoção das organizações de ação coordenadas e instituições interessadas no desenvolvimento rural de base camponesa indígena na região sul-americana. O seu objectivo geral é ajudar mulheres e homens camponeses, indígenas, afro-descendentes, jovens, ativistas, profissionais e coletivos urbanos e rurais adquirir melhores ferramentas teóricas, políticas e técnicas para a renovação do pensamento e práticas de desenvolvimento rural na América do Sul.

